

Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?

Fabrizio Pereira da Silva

Esse artigo compara a trajetória de forças políticas de esquerda que chegaram ao poder na América Latina Contemporânea. Num período de crise de paradigmas para as esquerdas e de hegemonia neoliberal, essas forças conseguiram colocar-se como alternativas de governo, aonde chegaram por meios democráticos. Tal ascensão, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui um processo que pode ser compreendido em conjunto. O objetivo do artigo, partindo da análise de fatores como estrutura organizativa, ideologia, relação com a democracia e com o neoliberalismo, é discutir a viabilidade de tipologias que começam a ganhar espaço na literatura especializada. Sobretudo as que defendem a existência dicotômica de “duas esquerdas”, uma “democrática” e outra “populista” ou “autoritária”.

Na primeira parte do artigo analiso algumas das principais tipologias classificatórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. Na segunda parte, destaco características que as distinguem entre elas, e discuto se elas são profundas o suficiente para que se possa falar de tipos distintos de esquerdas. Por fim, com base nas distinções apresentadas, proponho uma tentativa de classificação alternativa das esquerdas latino-americanas. A questão que subjaz ao artigo é se há diferenças suficientes entre os casos para sustentar a existência de diversos tipos de esquerdas governantes no continente. A hipótese é de que há, e que é possível propor uma tipologia, antes de tudo um exercício,

no qual o mais importante, mais além da tipologia em si, é a defesa de uma análise sistemática, complexa e dinâmica – o que nem sempre caracteriza o debate sobre o tema.

1) Classificando esquerdas: uma nova temática no debate regional

Uma das características mais comuns na literatura acerca das esquerdas latino-americanas parece ser um desejo por estabelecer tipologias classificatórias das distintas experiências esquerdistas na região. É em grande medida com base na relação dessas esquerdas (em especial de seus governos) com a democracia que vem sendo construída a dicotomia mais comum e que tem muito de simplificação. Falo da proposição de “duas esquerdas”, uma “socialdemocrata” ou “democrata” e outra “populista” ou “autoritária”, proposta por alguns estudiosos do tema com intenção quase sempre normativa – respectivamente uma esquerda “boa” e outra “má”. Organizações como o Partido Socialista do Chile (PSCh), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Frente Ampla (FA) em geral são associadas à primeira corrente, enquanto outros como o Movimento ao Socialismo (MAS), o Movimento V República (MVR, mais tarde Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV), o movimento Pátria Altiva e Soberana (PAÍS) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) geralmente integram a segunda.

Castañeda (2006), seguido entre outros por Reid (2007), propõe a

nomenclatura de “socialdemocratas” e “populistas”, ainda que aponte também para o autoritarismo nos segundos (nesse caso, populismo e autoritarismo estão muito próximos). Esses autores parecem aterrorizados pela ameaça autoritária dos “populistas”, e sua meta é demonstrar a todo custo que são duas esquerdas separadas uma da outra, que uma delas é “certa” e outra “errada”, e que é essencial posicionar-se nessa batalha pela alma da América Latina. Aqui o simplismo é absoluto, e não há muito que dizer acerca dessas posições combativas e parciais.

No entanto, há outros autores que utilizam os mesmo termos propostos por Castañeda, mas baseiam suas conclusões em análises mais elaboradas e menos normativas. É o caso de Panizza (2006), e principalmente de Roberts (2008) e Lanzaro (2009), que parecem estar mais interessados em explorar as possibilidades do desenvolvimento de uma socialdemocracia *criolla* no continente, e apostar nela. Eles geralmente destacam que os “socialdemocratas” têm raízes em sistemas partidários e instituições mais sólidas, enquanto os “populistas” são o resultado de sistemas partidários e instituições em colapso, fruto das reformas de mercado no continente. Segundo Lanzaro, as primeiras se baseiam em partidos institucionalizados, e as segundas em movimentos ou partidos não institucionalizados. Todas aceitaram a via eleitoral para a chegada ao poder, mas não entronizaram os valores “republicanos”. Assim, todas são democratas num primeiro olhar, mais instrumental, mas umas são mais democratas que outras. Numa perspectiva mais estrutural, as esquerdas “populistas”

então são originadas nos países onde os processos de reforma estrutural “neoliberal” deixaram as instituições e sistemas partidários em colapso, enquanto as esquerdas “socialdemocratas” se desenvolveram em ambientes que suportaram as reformas sem desagregar-se. As primeiras propõem reformar as instituições nas quais estão integradas, enquanto as segundas são *outsiders* que pretendem superá-las.

Já Alcántara (2008) parece estar mais interessado em comprovar empiricamente a existência de uma esquerda “socialdemocrata” e outra “populista”, e simplesmente adere aos termos sem maiores críticas. O mérito de seu trabalho é trazer dados interessantes que apontam efetivamente para uma diferenciação entre as esquerdas do continente. Considerando que esses são países presidencialistas e que os presidentes têm relativa autonomia, os líderes mais à esquerda de seus partidos coincidem como os considerados pela literatura as “esquerdas populistas”, são os mais personalistas e efetivamente polarizam a vida política. Enquanto isso, os líderes que se posicionam na mesma posição ideológica de seus partidos ou à sua direita, coincidem com os casos considerados da “esquerda socialdemocrata”. No entanto, há alguns problemas pontuais na análise, mas principalmente um problema mais geral: creio que dados baseados na opinião de parlamentares acerca da posição ideológica de seus partidos e de seus líderes deviam ser considerados indicativos, e não conclusivos, como o autor parece considerar.

Considero um equívoco utilizar o termo “(neo)populismo” para compreender

experiências contemporâneas. Essa é uma categoria histórica que “perde todo o sentido quando é reduzida a um ou dois traços sobressalentes e é projetada a contextos totalmente diferentes” (Dirmoser, 2005, p. 32). E mais, é uma categoria sem grande sentido analítico, carregada, no entanto, de grande normatividade negativa, utilizada geralmente para desqualificar os que se supõe merecer tal classificação. São poucos os que propõem a utilização do termo em chave mais analítica e menos negativa (por exemplo, Laclau, 2006). Assim, creio ser melhor deixá-lo de lado, considerando, como Rouquié (2007), que “a mera utilização desse termo, conceito de má qualidade, polêmico e vazio, tira toda seriedade da análise”. Já o termo “socialdemocracia” não é carregado da mesma negatividade, mas é difícil aceitá-lo em tempos, contextos e regiões distintas da Europa Ocidental do pós-guerra. Roberts (2008) argumenta que utiliza o termo em seu sentido mais abstrato e essencial, definindo qualquer experiência de reforma democrática do capitalismo na direção de mais justiça social e igualdade. Mas socialdemocracia em tais termos é tão geral que perde em capacidade definidora, pois serviria para uma gama enorme de processos políticos, por exemplo, para regimes nacional-populares latino-americanos do século XX.

Há também os autores que não utilizam esses termos, preferindo a dicotomia de “democratas” versus “autoritários”. Petkoff (2005) ao que parece é o inaugurador dessa proposição – e é seguido entre outros por Mires (2008). Em sua análise há algum espaço para matizes

dentro dos dois grupos, relações entre eles, disputas e tensões no interior de cada partido e governo. Mas basicamente sua proposição é tão combativa e parcial quanto a de Castañeda. Para Petkoff, os “democratas” (ou “modernos”) teriam aprendido com as ditaduras que viveram, com o fracasso da luta armada e do “socialismo real”, com o exercício de governos em distintos níveis e com a atuação parlamentar. Tudo isso os teria feito democratas, responsáveis, modernos, reformistas (termo esvaziado agora de sua velha carga negativa). Por outro lado, os “autoritários” (ou “conservadores”, “arcaicos”, etc.) estariam mais próximos das velhas tradições esquerdistas, não teriam vivido um processo de modernização em toda sua plenitude, com isso estabelecendo governos com fortes tendências autoritárias que, se (ainda) não podiam ser caracterizados como ditatoriais, tampouco poderiam ser considerados autênticas democracias.

Há alguns autores que buscam classificações distintas, por vezes mais complexas e matizadas. Garcia (2008) percebe as mesmas diferenças de origem, basicamente políticas e institucionais, propostas por autores como Roberts e Lanzaro entre, basicamente, Brasil e países do Cone Sul por um lado e países andinos por outro (o autor localiza sua análise nos países sul-americanos). E conclui da mesma maneira que, enquanto as esquerdas do primeiro grupo simplesmente propõem novas políticas, as do segundo grupo buscam “mudanças de época”. Assim o autor aceita uma diferenciação, mas evita nomeá-la em termos de “socialdemocratas” ou “democratas” versus “populistas” ou

“autoritários” – evita nomeá-los com qualquer terminologia, para ser exato. Já para Rouquié (2007), há muito em comum entre o que chama de “governos de alternância” de princípios do século, como os objetivos da “integração social e a luta contra a pobreza por um lado, a reabilitação do Estado e da política por outro”. No entanto, o autor propõe uma divisão entre eles com raízes semelhantes às notadas por Roberts, Lanzaro e Garcia, e a nomeia da seguinte forma: de um lado esquerdas “possibilistas”, com maior trajetória e inserção institucional, que pretendem tornar suas sociedades progressivamente mais justas e inclusivas; de outro, esquerdas mais *outsiders*, nacionalistas e estatizantes. Todas elas, no entanto, estariam longe de qualquer populismo ou autoritarismo, ainda que as segundas se acerquem a uma concepção “plebiscitária” da democracia.

Garretón (2006) é o que apresenta a abordagem mais complexa das esquerdas latino-americanas. Ele aponta um tipo de esquerda que propõe a reconstrução desde a política da nação e sociedade e das relações entre Estado e sociedade, uns através de partidos (como no Chile e no Uruguai) e outros através de lideranças (como na Venezuela). E outro tipo de esquerda que propõe as mesmas reconstruções desde a própria sociedade, seja através da chave étnica (como na Bolívia), seja idealmente em distintos países através de movimentos “altermundialistas”. O autor que apresentou a explicação mais heterodoxa para o surgimento de duas esquerdas, uma mais radical e outra mais moderada, é Weyland (2009) e sua abordagem cognitivo-psicológica crítica ao que considera o

“institucionalismo” da maioria das explicações apresentadas até aqui. Para ele, há uma relação interveniente entre a desagregação institucional de algumas democracias latino-americanas e o surgimento de esquerdas radicais. Ou seja, esses seriam fenômenos coincidentes, não causais. Inclusive os países que viveram a desagregação institucional não foram os mesmos aonde o neoliberalismo chegou mais longe em sua implantação, não devendo segundo o autor gerar diretamente como resultado não esperado mais insatisfação popular que em outros países. A variável independente aqui seria então a existência ou possibilidade de obterem-se vultosas rendas derivadas de recursos naturais. Sua existência geraria uma percepção psicológica popular de autonomização da política e redução dos constrangimentos econômicos, de alargamento das possibilidades – o que em última instância ofereceria o espaço para a radicalização dessas sociedades, aproveitado por suas esquerdas.

Por fim, há um setor menor da literatura que enfatiza as semelhanças entre as esquerdas latino-americanas. Por exemplo, Gallegos (2006) considera que elas “compartilham um conjunto de processos e propostas que autorizam a falar de um ciclo político comum” (p. 32), tentando incrementar o papel do Estado, mas ao mesmo tempo são distintas caso a caso. Natanson (2008) considera que há algumas diferenças entre as esquerdas, diferenças que são mutáveis de acordo com o tema analisado, por isso elas não podem ser generalizadas sob nenhum esquema. O autor então se afasta da proposição de qualquer

dicotomia, enfatizando as semelhanças em lugar das diferenças, e destaca que a esquerda latino-americana governante (no singular) é “pós-revolucionária, pragmática, flexível, democrática, aberta às minorias, desideologizada” (p. 272). Stokes (2009) propõe que os governos de esquerda da região não significam um retrocesso no processo de globalização, mais bem uma tentativa de equilibrar a exposição aos mercados globais com um papel mais ativo dos Estados, e essa é a característica que une a todos.

Há pontos comuns às esquerdas latino-americanas contemporâneas, mas é evidente que existem diferenças. Se elas são significativas a tal ponto que permitam falar em distintos tipos de esquerda, devem evitar-se classificações normativas e termos carregados de negatividade. Na medida em que isso seja possível, qualquer classificação deveria evitar se basear nos interesses e gostos do analista, mas sim numa análise muito cuidadosa. As classificações propostas devem superar a lógica dicotômica, em direção a uma concepção multidimensional e mutável que não deixe de levar em conta nem o que as esquerdas latino-americanas têm em comum, nem a diversidade de experiências e especificidade de cada caso.

2) No que elas se distinguem

O que as organizações estudadas têm em comum permite falar num ciclo político comum, numa “onda” de esquerda a varrer a região. São forças políticas novas ou velhas correntes de esquerda “renovadas”, que integram de alguma maneira “uma espécie de terceira onda, uma terceira geração de

esquerda que, em certa medida, contém alguns elementos (...) pós-comunistas e pós-socialdemocratas” (Garcia, 2005, p. 65). É a “nova esquerda latino-americana”, como começa a ser chamada (Garavito, Barret, Chavez, 2005; Natanson, 2008). Nesse sentido, a trajetória dessas organizações foi marcada nas últimas décadas por processos importantes: a desintegração do chamado “socialismo real” e a crise mais geral do marxismo; o fortalecimento global e regional do modelo neoliberal, como resposta à crise global do Estado de Bem-Estar Social e na região do desenvolvimentismo dominante na quadra histórica anterior; e a transição e consolidação democrática regional. Tudo isso esteve marcado e relacionado com a ascensão global e regional do que pode ser considerada uma nova fase da modernidade (Wagner, 1994; Domingues, 2009). Nesse período as organizações estudadas se colocaram mais claramente como alternativas de poder dentro dos limites democráticos, e saíram vitoriosas quando o referido modelo neoliberal se mostrou insuficiente para resolver os problemas históricos da região – chegando inclusive a agravá-los. No entanto, para além das semelhanças, é evidente que existem diferenças entre elas. Veremos nessa seção que elas são suficientes para, dentro do referido ciclo comum, permitir falar de modalidades distintas de esquerda¹.

Graus de institucionalização

¹ Em outros trabalhos, ao contrário deste, enfatizei as semelhanças entre elas. Cf. Silva (2008).

Um fenômeno que pode ser notado quanto ao aspecto organizativo é a progressiva institucionalização dessas esquerdas. Segundo Panebianco (1988), institucionalizar-se implica ter valor em si mesmo, assumir a própria preservação da organização como uma meta. No entanto, elas, apesar desse movimento apontando para o mesmo caminho, apresentam graus de institucionalização distintos, seja pelo tempo de existência, seja por características de seus “modelos genéticos”, seja por suas relações com outros grupos organizados. Com base no modelo de Panebianco, dados retirados de Alcántara e Freidenberg (2003) e pesquisa própria, é possível reunir algumas indicações acerca desse tema. Se um partido tira legitimidade de organizações exteriores a ele (sindicatos, movimentos, instituições religiosas), é menor sua tendência a desenvolver instituições fortes. É em boa medida o caso do MAS, formado a princípio como uma coalizão de movimentos sociais. Uma baixa integração de seus circuitos internos, coesão da coalizão dominante e controle por parte dela das frações que integram o partido, denotam baixa institucionalização. É em boa medida o caso uma vez mais do MAS, do MVR/PSUV e do PAÍS. Era em parte o caso do PT no princípio que, no entanto, viveu um longo processo de institucionalização desde então.

Os processos de institucionalização seguem ritmos e formas distintas, chegando a distintos resultados. Além disso, há os casos mais recentes de formação organizativa, como as mesmas organizações citadas anteriormente. Finalmente, deve se levar em conta que alguns deles não se

consideram partidos na acepção do termo, como o MVR até a formação do PSUV, o PAÍS, e até certo ponto o MAS – na medida em que essa era uma concepção muito forte entre alguns de seus setores nos primeiros anos –, ou a Aliança Patriótica para a Mudança (APC na sigla em espanhol) paraguaia que constitui até o momento uma aliança de partidos e grupos, não um partido propriamente.

Quanto ao tipo de liderança, todas elas têm lideranças que não são comuns nas tradições de esquerda, mas, entre elas, algumas podem ser consideradas propriamente “carismáticas” como, por exemplo, Evo Morales, Rafael Correa, Hugo Chávez, Daniel Ortega e em parte Tabaré Vázquez e Luiz Inácio Lula da Silva. Panebianco considera essa modalidade de liderança quase sempre desinstitucionalizante, um fator de desvio em sua análise (se deve observar, no entanto, que não é uma característica desviante na realidade latino-americana). Considero que tais lideranças colaboram para a baixa institucionalização de suas organizações. Ainda mais se elas se impõem desde o princípio, quando elas são construídas em torno delas – algo notável quanto ao MVR/PSUV, o que explica seu caráter de movimento mesmo agora que seu líder impõe a tarefa de transformá-lo num partido, e também quanto ao PAÍS.

Sistêmicos e anti-sistêmicos

As esquerdas latino-americanas de maneira geral não têm mais uma ideologia oficial nem modelos externos a seguir, e também buscam amplas bases sociais. No

entanto, esse processo foi diferente entre elas, o que determina que algumas tenham um afastamento muito forte em relação às referências socialistas ou anticapitalistas em geral. Enquanto isso, outras seguem reproduzindo (em geral com reais ou pretensas novas abordagens) mais fortemente elementos da ideologia socialista, junto a elementos de outras fontes (na medida em que todas as esquerdas aqui estudadas são claramente plurais). Um pressuposto aqui é que, quanto mais integração ao sistema político e aceitação das instituições, mais autonomia externa e nacionalização dessas forças, e maior afastamento de referentes socialistas e classistas. Assim, o PSCh e em menor medida o PT, a FA e até mesmo a FSLN e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) parecem manter as referências socialistas em seus programas como forma de homenagear suas tradições e trajetórias, ou como metas tão distantes que se metamorfoseiam efetivamente em utopias, integrando assim com maior decisão o sistema político nacional. Por outro lado, o PAÍS aponta timidamente e o MVR/PSUV aparentemente com mais decisão (ao menos verbal) para a construção de alguma forma vaga de “socialismo do século XXI”, só até certo ponto inspirado nas velhas experiências do “socialismo real” (mais além das deferências a Cuba). E o MAS, se por vezes a alguns parece seguir tão de perto o caso venezuelano, não se põe claramente metas socialistas ou anticapitalistas. Em seu princípio, apontava para a possibilidade de uma superação da modernidade e um afastamento tanto de referentes capitalistas quanto socialistas. Mais tarde, na eleição de

2005 e durante seu governo, aponta para uma profunda e indefinida reforma do capitalismo boliviano (transformado em um tipo de “capitalismo andino”), que poderia depois de muitas décadas nas palavras do vice-presidente Álvaro García Linera fornecer as condições para a consecução de algum projeto socialista na Bolívia.

O mais importante aqui, que é o que, acredito, diferencia as esquerdas latino-americanas no aspecto ideológico, é a auto-percepção revolucionária ou “rupturista” que algumas delas têm de si mesmas e dos processos que encabeçam. As esquerdas mais anti-sistêmicas antes da chegada ao poder ou menos integradas ao sistema político no qual entraram para concorrer a eleições são as que desenvolvem ou mantêm uma percepção revolucionária de si mesma. Tal percepção, mais além do fato dessas forças se considerarem ou ser efetivamente anticapitalistas ou socialistas (isso até aqui não é claro), as leva a uma atuação nem sempre adequada às noções liberais de representação e atuação política. Assim, como se sabe, a auto-percepção revolucionária se baseia numa visão da política como luta e não como competição leal, o que leva por vezes a comportamentos e compreensões majoritárias e inadequadas aos limites e tempos das modalidades de representação, e a discursos (mas muito poucas vezes ações) violentos contra os “inimigos”. É assim que muitas vezes há uma forte tendência por parte da literatura especializada a classificar essas forças políticas como autoritárias. O que, no entanto, é muito complicado, já que elas, mais além da retórica, seguem atuando

dentro dos limites básicos da democracia, em sua forma majoritariamente concebida.

Integrações distintas à democracia

É inegável que as esquerdas latino-americanas chegaram ao poder de forma “limpa”, por caminhos democráticos e legais reconhecidos pela comunidade internacional. E até o momento, nos países nos quais elas foram reconfirmadas no governo, isso ocorreu mediante processos eletivos, com amplas liberdades de opinião e oposição, sempre reconhecidas por organismos especializados internacionais. Houve então um reconhecimento por parte dessas forças políticas dos mecanismos da democracia representativa em sua definição mínima, como procedimentos de um tipo de regime político². No entanto, algumas delas apresentam até certo ponto uma aceitação mais “crítica” dos procedimentos da democracia representativa. Comumente são as que surgiram em meio a contextos nacionais de profunda crise e colapso dos sistemas partidários. O que as leva a adequar-se à institucionalidade democrática “realmente existente” em seus países questionando a realidade que a mesma institucionalidade permitiu sustentar no período anterior (o poder das “oligarquias”,

² Por exemplo, a definição de Bobbio, segunda a qual a democracia é “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, no qual está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (2004, p. 22).

a ingerência externa, os partidos tradicionais, a corrupção...). Em geral, buscam inserir-se nesses mecanismos para mudá-los assim que possível. Isso culmina nas assembléias e novas constituições da Venezuela, Bolívia e (com polarização, mas com menor enfrentamento aberto) Equador. Não é possível defini-las como “autoritárias” simplesmente por buscar superar as instituições existentes.

Em geral, são as organizações que experimentam as maiores tentativas de combinação dos aspectos representativos com concepções e mecanismos de democracia direta, como os referendos, plebiscitos, espaços e representações para organizações da sociedade civil, poderes locais e comunais. Em certa medida, tal questão está no cerne de algumas proposições alternativas que essas forças políticas pretendem desenvolver. Aqui também a relação mais intensa com movimentos da sociedade civil (como no caso do MAS) devem favorecer a valorização de tais concepções e mecanismos. Por outro lado, a valorização dos aspectos “procedimentais” e das instituições existentes se incrementou nos casos de esquerdas mais institucionalizadas e de mais longa trajetória. Aqui certamente a participação em governos locais e parlamentos colaborou com essa mudança, como no caso do PT, da FA, do PSCh e da FMLN. A participação nas instituições e a possibilidade clara de chegar ao poder moderou inclusive ao MAS (que era mais radical e étnico em seus primeiros anos) e a Chávez, que em sua chegada ao governo tinha um discurso mais negociador ou transicional, e nem de longe falava em

transformações mais profundas no regime sócio-econômico. Simplificando, um exemplo extremo de valorização da democracia representativa e da institucionalidade, com relativa desconsideração pelos aspectos da democracia direta é oferecido pelo PSCh. Já um exemplo também extremo de relação relativamente crítica com a democracia representativa associada à valorização de aspectos da democracia direta seria dada pelo MVR/PSUV.

Crítica ao neoliberalismo. Até que ponto?

As forças de esquerda que chegaram ao poder na América Latina mantiveram sua crítica ao neoliberalismo, e isso foi um grande diferencial para que elas tenham mantido seu caráter alternativo e sua identidade de esquerda num período de profunda crise global dos paradigmas das esquerdas. Mas, para além dessa semelhança, há dois fatores que podem diferenciá-las. Por um lado, o grau (difícil de medir empiricamente, mas avaliável) de oposição ao neoliberalismo demonstrado por elas. Por outro, se seus programas mantiveram alguma perspectiva mais radical e aprofundada, defendendo algo mais que a reforma ou superação do neoliberalismo nos moldes implantados no continente.

Considerando o “espírito da época”, até que ponto essas mesmas organizações que fizeram oposição ao neoliberalismo foram permeadas pelo que queriam combater? Em distintas formas e gradações, mas certamente. Aqui é provável que a maior profissionalização e institucionalização dessas organizações

tenham seu papel. Partidos como o PT, a FA e a FMLN, que tiveram um processo de atuação parlamentar e governos regionais e locais num contexto adverso parecem ter assumido valores mais próximos, senão do programa neoliberal das últimas décadas, ao menos do ideário liberal clássico, e da concepção liberal de política e representação. Isso é evidente quando analisamos as mudanças nos discursos de seus principais líderes, assim como em seus programas, ao longo dos anos 1990 e até os anos 2000. A mudança do PSCh ocorreu ainda mais cedo e é mais evidente, de partido oficialmente marxista-leninista a partido que declara em seu programa ter influências ideológicas (entre outras) do marxismo, do cristianismo e do pensamento liberal. O PSCh evidentemente se coloca quase como um caso à parte, pela força da direita nos estertores da ditadura e desde então; pela aliança que mantém até agora na Concertação (é preciso com isso manter-se dentro de certos limites programáticos); pelos “enclaves autoritários” que foram mantidos por um longo tempo; e pelo principal dos que ainda se mantém, o sistema binominal. É provável que nesses casos a tolerância com as reformas implantadas na região tenha crescido com o tempo, em especial nos casos do PT e da FA.

Por fim, temos os partidos que, mais que reformar ou superar o neoliberalismo, têm uma perspectiva mais “heróica” de sua atuação – relacionada com a já comentada auto-percepção revolucionária. Esses em geral trabalham com outros elementos para além do anti-neoliberalismo, seja o elemento étnico do MAS, seja o caráter anti-sistêmico

do mesmo MAS, do PAÍS e do MVR. Em geral pelo menos no princípio não se trata de um projeto de superação do capitalismo, mas de fato de uma tentativa de “refundação” do país em novos moldes, através da recomposição do sistema político e da institucionalidade. Só no caso venezuelano, depois de anos de governo a superação do sistema global de relações sócio-econômicas começou a ser apontado como meta, mas ainda sem grande clareza.

3) *Para uma tipologia das esquerdas latino-americanas*

O que as esquerdas latino-americanas contemporâneas têm em comum é pelo menos tão significativo quanto o que têm de distinto. Por isso, qualquer tipologia proposta deve destacar esse aspecto antes de tudo. As diferenças e classificações propostas não podem estabelecer divisões profundas e definitivas entre os casos, devem mais bem colocá-los num contínuo ou num único esquema gráfico, que deve permitir inclusive mudanças de posicionamento ao longo do tempo. Há também a dificuldade dos casos que não podem ser classificados como partidos tão facilmente. É o caso do MVR/PSUV pelo menos até muito recentemente, ou do PAÍS. Mais ainda da APC, que será deixada de lado na classificação a seguir por ser muito recente e não configurar uma organização única e sim uma aliança recém-formada, muito fluida e ampla, entre partidos e movimentos. A proeminência de uma liderança forte sobre uma organização flexível e com pouca institucionalidade, fundada com o objetivo de sustentar o líder num projeto eleitoral, configura

organizações pelo menos em seus primeiros anos no limite entre partido e movimento, permitindo movimentações imprevistas e mudanças de rota por parte de seus líderes. Isso dificulta a análise com ferramentas da ciência política convencional. Mas, para fins analíticos, evito aprofundar essa discussão aqui, e mantenho no debate todas as organizações de esquerda governantes no continente com a já referida exceção da APC.

Deixando claro que as semelhanças são muitas e que as diferenças não são definitivas, elas, entretanto, existem. Para compreendê-las, é importante levar em conta as distintas situações ambientais vividas em cada caso. Pode-se argumentar que alguns partidos chegaram ao poder numa chave menos contestadora, para isso tendo que aprofundar seu processo “adaptativo”. Outros, ainda que não completassem tal processo, encontraram um quadro mais favorável quando o neoliberalismo ou seus sistemas partidários começaram a dar sinais de esgotamento, e puderam chegar ao poder numa chave mais contestatória em comparação com seus pares. Também se devem considerar as mudanças ocorridas no tempo. A mudança principal notada na maioria dos partidos (PSCh, PT, FA, FSLN e FMLN) é, simplificando, o trânsito de um papel mais ideológico e radical a uma atuação mais pragmática e integrada ao sistema partidário. Tal processo foi notável até a chegada ao poder, e se manteve depois. Se percebe uma mais leve moderação do MAS até sua chegada ao poder, e sua indefinição desde então – indefinição comum também ao MVR e ao PAÍS, sendo que o primeiro apresenta uma tendência

mais perceptível à radicalização nos últimos anos.

Antes de se chegar a uma tipologia mais aprofundada das esquerdas latino-americanas, pode-se realizar o exercício (sem qualquer pretensão conclusiva) de analisar que tipos de organizações são essas de que estamos falando. Trago como referência a tipologia proposta por Gunther e Diamond (2003). A partir dela, pode-se considerar que PT, PSCh e diversos setores da FA teriam originalmente características de partidos de massas, do tipo “classista de massas” e secundariamente do “leninista”. Hoje em dia, sem perder características desses modelos originais, se aproximariam do tipo “eleitoralista pragmático”, partidos que enfatizam o âmbito eleitoral sem perder seu conteúdo programático, distinto por isso do modelo “catch-all”. A FSLN e a FMLN, originalmente organizações leninistas com alguns elementos movimentistas, hoje em dia se aproximariam do mesmo modelo “eleitoralista pragmático”, enquanto no caso

do primeiro haveria uma possível proximidade com elementos do “catch-all”. Já o MVR e o PAÍS apontariam para o modelo “personalista” (organização concebida para sustentar pretensões eleitorais e governamentais de seu líder) com certa influência movimentista. O primeiro foi dissolvido recentemente, e seu sucessor PSUV busca referências do modelo de massas em sua vertente leninista, até agora sem muita clareza nem sucesso. Por fim, o MAS reuniria majoritariamente elementos movimentistas do tipo de “esquerda libertária” – aspectos pós-materialistas de seu discurso, organização fluida e horizontal – com elementos provenientes do modelo “étnico-congressual” – aliança de grupos étnicos defendendo a unidade nacional. Uma tipificação desses partidos atualmente (recordando que não devem ter se diluído de todo os elementos de seus modelos originais) é resumida no quadro abaixo.

Tipologia organizativa das esquerdas governantes latino-americanas

Tipos de partidos	Partidos
Eleitoral programático	PT, FA, PSCh, FSLN, FMLN
Movimentista / Étnico-congressual	MAS
Personalista	PAÍS, MVR/PSUV

Fonte: Gunther, Diamond, 2003; elaboração própria.

Considerando o que foi dito até aqui, apresento a seguir quatro contínuos do posicionamento dos partidos em relação aos quatro temas trabalhados: organização e os três relativos a ideologia (referentes ideológicos, relação com a democracia e

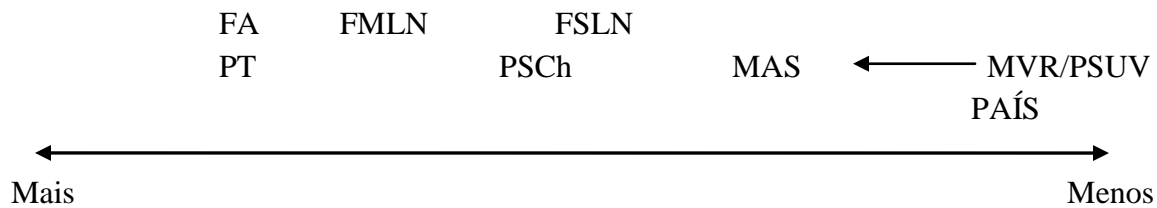
relação com o neoliberalismo). São linhas espaciais de elaboração própria, com base nos resultados qualitativos da minha pesquisa. Por isso, não pretendem ter nenhuma precisão matemática, e sim expressar as diferenças entre os casos, para

facilitar o entendimento da classificação proposta adiante.

No campo organizativo a diferença principal é o grau de institucionalização. Então a linha abaixo expressa as distâncias entre os casos. Vemos que FA e PT são os mais institucionalizados, e PAÍS e MVR/PSUV os menos – se bem que o

último faz esforços atualmente para institucionaliza-se. Mas o faz enquanto partido governante e dentro da nova institucionalidade que ele constrói, o que provavelmente não tem o mesmo significado que a institucionalização vivida pelas organizações antes de chegar ao governo.

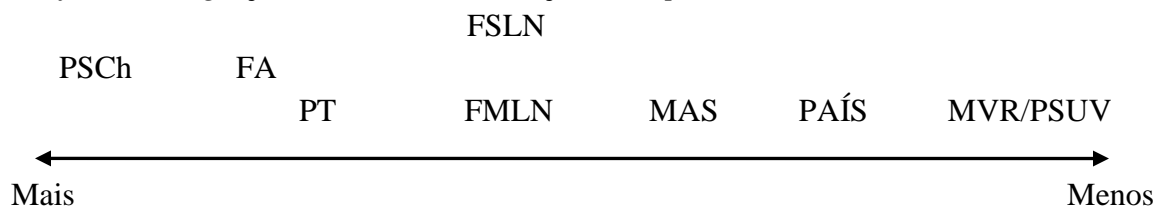
Gráfico 1: Grau de institucionalização



Quanto ao tema dos referentes ideológicos, os mais independentes em relação aos referentes clássicos das esquerdas são os mais integrados ao sistema político de que fazem parte, os que se aceitam como parte integrante da institucionalidade vigente e com isso aceitam, sem radicais releituras, as práticas e tradições da política nacional. Vemos que o PSCh é o partido mais integrado, mais

independente de referentes rupturistas e classistas, é proponente de uma renovação da política, e de temas e programas já existentes e em execução anteriormente. Por outro lado, o MVR/PSUV é o menos integrado ao antigo sistema político, aos seus integrantes e institucionalidade, o mais relacionado a simbologias clássicas rupturistas e classistas.

Gráfico 2: Integração ao sistema (renovação ou ruptura)



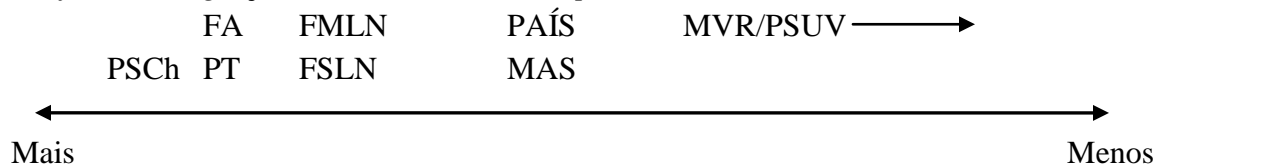
Quanto à relação com a democracia, vimos que algumas forças políticas aceitam a institucionalidade democrática progressivamente sem maiores reservas, enquanto outras se integram a ela numa chave crítica, com esporádicas ações no limite da antiga institucionalidade que eles

vêm transformando, e com a defesa mais contundente de elementos de democracia direta. O PSCh é o maior defensor da institucionalidade democrática, e nenhum analista tem dúvidas acerca disso. Por outro lado, o MVR/PSUV é o que tem mais dificuldades e críticas ao mover-se pelos

caminhos da democracia representativa no sentido aceito amplamente pela literatura

especializada e pela opinião pública – e suas dificuldades parecem crescentes.

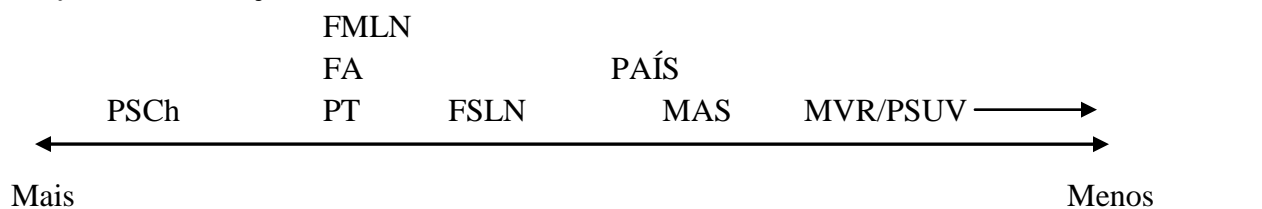
Gráfico 3: Integração total à democracia representativa



Por fim, quanto à crítica que elas fazem do neoliberalismo, algumas propõem reformá-lo, outras superá-lo radicalmente, e recentemente algumas delas (muito mais o MV/PSUV que o MAS ou o PAÍS) propõem, mais que superar o neoliberalismo, uma vez mais atuar com o horizonte de superação do capitalismo, como era a tradição da maioria das esquerdas desde que a distinção surgiu.

Vemos uma vez mais que as forças políticas têm posições semelhantes, com o PSCh defendendo um programa de reformas ao modelo chileno (basicamente propondo uma transição a um regime de bem estar), e o MVR/PSUV defendendo sem grande clareza um “socialismo do século XXI”, que guarda alguns pontos de contato com o socialismo do século XX.

Gráfico 4: Moderação da crítica ao neoliberalismo



É chamativo como nos quatro temas analisados, as oito organizações se posicionam em escalas semelhantes, com muito poucas variações. É interessante observar também nesse momento que as organizações classificadas anteriormente como “eleitoralistas pragmáticas” se posicionam sempre agrupadas num extremo dos gráficos, enquanto as classificadas como “personalistas” assumem posições opostas, no outro extremo dos gráficos. E a organização “mista”, mais complexa, classificada como mescla de “movimentista” e “étnico-congressual”, assume um posicionamento mais próximo às últimas,

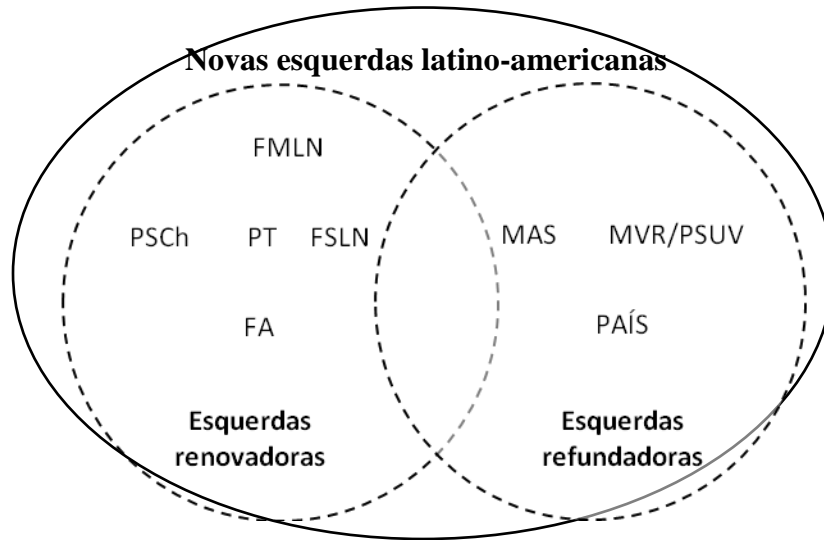
mas até certo ponto mediano entre os dois grupos. Toda essa semelhança de posicionamentos permite classificar com facilidades as esquerdas governantes latino-americanas.

As esquerdas latino-americanas contemporâneas possuem muitos pontos de contato, como foi dito, não somente pelo evidente (são esquerdas, latino-americanas, governantes, contemporâneas), mas também porque estão basicamente afastadas de modelos organizativos e referentes “clássicos”, aceitam participar e governar em democracia e são antineoliberais. Assim, são integrantes de um mesmo grupo, e

dentro dele integram dois subgrupos. Essa

assertiva é traduzida na ilustração seguinte.

Gráfico 5: Subgrupos das esquerdas latino-americanas



Assim, vê-se que as esquerdas governantes latino-americanas se dividem em dois subconjuntos: as “renovadoras” e as “refundadoras”. As primeiras são as caracterizadas por maior institucionalização, maior integração ao sistema político, aceitação das instituições da democracia representativa na forma “realmente existente” em seus países e crítica moderada ao neoliberalismo. As segundas são caracterizadas por menor institucionalização, menor integração ao sistema político, integração crítica às instituições da democracia representativa e crítica radical ao neoliberalismo (no limite plasmada com um anti-capitalismo). As primeiras pretendem “renovar” a política e o governo de seus países com uma abordagem mais igualitária, estatizante e ética. As segundas propõem “refundar” suas institucionalidades, sistemas partidários e o Estado como um todo, superando mais

radicalmente o *status quo* no qual chegaram ao poder – geralmente em meio a um colapso dos sistemas partidários e instituições configurados até então.

Essa classificação não se trata da velha dicotomia entre esquerda “reformista” e esquerda “revolucionária”. Porque no sentido clássico do termo todas as esquerdas analisadas são “reformistas”, na medida em que todas chegaram ao poder pela via legal e de uma forma ou outra governam dentro dos limites democráticos, e também porque não caminham com clareza até aqui na direção da superação do sistema econômico-social. A classificação também se afasta das dicotomias propostas por boa parte da literatura especializada, pois considera que num sentido mínimo todas elas são democratas, e recusa por outro lado o conceito de populismo. Creio que a dicotomia proposta é distinta da grande maioria das desenvolvidas pela literatura especializada, entre outras razões porque é

mais descritiva que normativa, é mais dinâmica, reconhece as semelhanças entre os casos e parte de bases distintas. Assume somente em parte os argumentos “institucionais” de autores como Roberts (2008) e Lanzaro (2009), e não oferece argumentos para refutar *a priori* a explicação “cognitivo-psicológica” de Weyland (2009) ou a mais sociológica de Garretón (2006). A dicotomia proposta aqui – sem concordar com análises que destacam exclusivamente as semelhanças entre os casos ou defendem a incapacidade de compará-los – tenta, no entanto, destacar que as esquerdas governantes latino-americanas integram subconjuntos potencialmente mutáveis, e não conjuntos isolados e estancados.

No primeiro subgrupo, o PSCh é a organização que mais se afasta do segundo subgrupo, o que coincide com o fato deste partido ser, entre os casos comparados, o que mais se aproxima da socialdemocracia, o que por convenção se considera a “centro-esquerda” do espectro político. No limite, esse partido é o que com mais facilidade poderia se afastar de seus pares esquerdistas da região, mas isso não parece estar no momento em seu horizonte. No segundo subgrupo, o MAS é o que mais se aproxima do primeiro subgrupo, por ser o que experimentou com maior profundidade um processo de institucionalização antes de chegar ao poder, e por afastar-se com mais decisão de referentes externos devido a seus elementos étnicos ainda presentes. Já o MVR/PSUV é o que se afasta com mais força do primeiro subgrupo. No limite, ele poderia afastar-se de seu subgrupo, configurando um novo subgrupo ou até

mesmo afastando-se de todos os seus pares na medida em que reproduziria mais as características tradicionais das “velhas esquerdas” e menos as das “novas esquerdas latino-americanas”. Isso sim ao que parece estaria em seu horizonte de possibilidades. Se isso ocorre, então talvez tivéssemos dois grupos de esquerda no continente, com o chavismo constituindo uma nova modalidade mais próxima de experiências de esquerda do século passado, com autoritarismo e exagerado estatismo – caminho que não necessariamente seria reproduzido pelas duas organizações que hoje estão mais próximas dele. Mas deixando de lado as conjecturas, creio que o quadro apresentado traduz bem a realidade atual das esquerdas governantes do continente.

4) Bibliografia

- ALCÁNTARA, Manuel (2008). “La escala de la izquierda. La ubicación ideológica de presidentes y partidos de izquierda en América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 217.
- ALCÁNTARA, Manuel, FREIDENBERG, Flavia (coord.) (2003). *Partidos políticos de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, Instituto Federal Electoral.
- BOBBIO, Norberto (2004). *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge (2006). “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, may/june.
- DIRMOSER, Dietmar (2005). “Democracia sin demócratas – sobre la crisis de la democracia en América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 197.
- DOMINGUES, José Maurício (2009). *A América Latina e a Modernidade*

Contemporânea: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: UFMG.

GALLEGOS, Franklin (2006). “Mucho más que dos izquierdas”. *Nueva Sociedad*, n. 205.

GARAVITO, César A. Rodríguez, BARRET, Patrick S., CHAVEZ, Daniel (eds.) (2005). *La nueva izquierda en América Latina – sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Norma.

GARCIA, Marco Aurélio (2005). “Pensar a terceira geração da esquerda”. In: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo, Chapecó: Argos.

GARCIA, Marco Aurélio (2008). “Nuevos gobiernos en América del Sur. Del destino común a la construcción de un futuro”. *Nueva Sociedad*, n. 217.

GARRETÓN, Manuel António (2006). “Modelos y liderazgos en América Latina”. *Nueva Sociedad*, n. 205.

GUNTHER, Richard, Diamond, Larry (2003). “Species of political parties: a new typology”. *Party Politics*, vol. 9, n. 2.

LACLAU, Ernesto (2006). “La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana”. *Nueva Sociedad*, n. 205.

LANZARO, Jorge (2009). “La socialdemocracia criolla”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 3.

MIRES, Fernando (2008). “Socialismo nacional versus democracia social. Una breve revisión histórica”. *Nueva Sociedad*, n. 217.

NATANSON, José (2008). *La nueva izquierda: triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador*. Buenos Aires: Debate.

PANEBIANCO, Angelo (1988). *Political parties: organization and power*. Cambridge: Cambridge University Press.

PANIZZA, Francisco (2006) “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 8.

PETKOFF, Teodoro (2005). *Dos izquierdas*. Caracas: Alfadil, 2005.

REID, Michael (2007). *Forgotten continent. The Battle for Latin America's soul*. New Haven, London: Yale University Press.

ROBERTS, Kenneth (2008). “Is social democracy possible in Latin America?” *Nueva Sociedad*, n. 217.

ROUQUIÉ, Alain (2007). “La democracia hoy: el jardín de los senderos que se bifurcan”. *Temas y Debates*, n. 13.

SILVA, Fabricio Pereira da (2008). “Algumas propostas para o estudo das esquerdas sul-americanas contemporâneas”. *Oikos*, n. 9.

STOKES, Susan (2009). “Globalization and the left in Latin America”. www.yale.edu/macmillanreport/resources/Stokes_GlobalizationLeft.pdf

WAGNER, Peter (1994). *A sociology of modernity: liberty and discipline*. London, New York: Routledge.

WEYLAND, Kurt (2009). “The rise of Latin America's two lefts? Insights from Rentier State Theory”. *Comparative Politics*, v. 41, n. 2.